

‘CASTANHAS. VENDERAM-SE (VENDEU-SE) HOJE’: A PERSPECTIVAÇÃO PASSIVA DO ACONTECER VERBAL EM CARTAS COMERCIAIS MANUSCRITAS DO SÉCULO XIX

‘CASTANHAS. VENDERAM-SE (VENDEU-SE) HOJE’: THE PASSIVE PERSPECTIVE OF THE VERBAL EVENT IN HANDWRITTEN COMMERCIAL LETTERS FROM THE 19TH CENTURY

Grace dos Anjos Freire Bandeira*

RESUMO: Para estudar a relação entre a diminuição de frequência da concordância verbal e a interpretação do reflexivo ‘se’ em contexto de passivas sintéticas ou pronominais (Nunes, 1990; Galves, 1996), consideramos 867 (oitocentas e sessenta e sete) correspondências comerciais datadas de 1880 a 1889 e escritas nos limites geográficos identificados como Capitania de São José do Rio Negro, atual estado do Amazonas. Nossa investigação, de abordagem sociofuncionalista (Labov, 1972; Givón, 1995; Dubois & Votre, 2012), mostrou que, quando a perspectivação passiva do acontecer verbal (Vilela, 1999) é assumida pelo remetente dos manuscritos em análise, ela se faz, preferencialmente, não com a passiva com ‘se’ mas com a passiva analítica, corroborando os resultados de Carvalho (1990, p. 90) ao propor que, em razão da falta de clareza da passiva sintética, “em seu lugar, reina soberana, nas línguas românicas, a passiva analítica”.

PALAVRAS-CHAVE: Perspectivação Passiva; Concordância Verbal; Reflexivo SE.

ABSTRACT: For studying the relationship between the decrease in the frequency of verb agreement and the interpretation of the reflexive ‘se’ in the context of synthetic or pronominal passives (Nunes, 1990; Galves, 1996), we considered 867 (eight hundred and sixty-seven) commercial correspondence dated from 1880 to 1889 and written in the geographical limits identified as Capitania de São José do Rio Negro; today, state

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná, Brasil. Estágio Pós-doutoral em Linguística Portuguesa pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professora de Língua e Literatura Latina da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Coordenadora do Projeto de Pesquisa “Cartas dos séculos XIX e XX: organização de um *corpus* diacrônico do português registrado no Amazonas no período áureo da borracha”, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orcid.org/ 0000-0002-0228-8947. E-mail: gracebandeira@ufam.edu.br.

of Amazonas. Our investigation, with a sociofunctionalist approach (Labov, 1972; Givón, 1995; Dubois & Votre, 2012), showed that when the passive perspective of the verbal event (Vilela, 1999) is assumed by the sender of the manuscripts under analysis, it takes place, preferably, not with the passive with 'se' but with the analytic passive, corroborating the results of Carvalho (1990, p. 90) when he proposed that, due to the lack of clarity of the synthetic passive, "in its place, reigns sovereign, in Romance languages, the analytic passive".

KEYWORDS: Passive Perspective; Verbal agreement; Reflexive Pronoun SE.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Iniciamos este artigo sobre o afrouxamento da concordância verbal, a exemplo do que trazemos em seu título, 'Castanhas. Venderam-se (Vendeu-se)', dizendo que o *corpus* de nossa investigação é constituído de cartas manuscritas, em português registrado no Amazonas do século XIX, período de apogeu econômico da produção de borracha no interior dessa mesma região, em razão da extração e venda férteis do látex de seringueiras. Ao nos referirmos à região Amazônica, nos limites deste trabalho, estamos considerando a região identificada como Capitania de São José do Rio Negro; região esta que, em 1850, torna-se independente da Província do Grão Pará e é, mais tarde com a Proclamação da República, em 1889, nomeada Estado do Amazonas.

As cartas que tomamos como objeto de nossa investigação têm sua história relacionada àquela que se consagrou como a maior casa fornecedora de bens de consumo e de produção do período áureo da borracha na região antes identificada – a Araújo Rosas & Irmãos, designação da empresa quando se estabelece em Manaus em 1877; e depois, J. G. Araújo & Cia. Ltda, sua última denominação já na altura dos anos de 1989, quando chega, então, ao fim.

Ao longo de mais de cem anos, a empresa dos Araújo vendia aos que residiam no 'interior' o que vinha expresso em cartas que eram enviadas para a capital Manaus, sede da companhia, de onde, então, partiam os produtos descritos nas correspondências. No ano de 1989, como dizíamos, fecha-se a J. G. Araújo & Cia. Ltda e, nesse mesmo período, seus familiares doam para a Universidade Federal do Amazonas diversos documentos produzidos pela empresa ao longo de mais de 110 anos de atuação; dentre os quais os originais das cartas manuscritas relativas aos aviados da empresa.

Os originais das correspondências manuscritas (em processo de digitalização) e outros documentos produzidos ao longo da existência da J. G. Araújo compõem o maior acervo do Museu Amazônico, órgão suplementar da Universidade Federal do Amazonas. O acervo em questão traz as iniciais do nome do mais ilustre dos Araújo; sendo, portanto, uma referência ao Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo (1860-1940), português nascido na Freguesia da Estela, Concelho da Póvoa de Varzim.

A propósito dos aviados, temos a esclarecer que dizem respeito ao sistema de comercialização que se chamou de aviamento. Explicamos conforme a seguir. Nas cartas, o remetente relacionava os produtos de que tinha necessidade, ou dizia-se indignado com a qualidade do que havia sido enviado. Viajavam, assim, pelos rios amazônicos, não somente fósforos, tartarugas, tecidos, sapatos e outros itens de higiene e limpeza, mas também ‘viajavam’ de barco (ou vapor, ou lancha) os documentos em língua portuguesa que tomamos para estudar. Na sua chegada a Manaus, as cartas eram aviadas (como ainda hoje, as receitas médicas), isto é, eram preparadas para despacho; produto a produto era embalado, pesado e endereçado para a cidade do remetente.

Para o alcance dos objetivos que traçamos nesta Pesquisa, consideramos 867 (oitocentas e sessenta e sete) correspondências trocadas entre os Araújo (família portuguesa, proprietária da maior empresa de aviamento dos tempos áureos da borracha) e os que viviam no interior amazônico ao longo dos anos de 1880 a 1889. São, a propósito, as cartas escritas à mão do Acervo J. G. Araújo o *corpus* desta Pesquisa, com que procuramos descrever a variedade de português registrada nos manuscritos, para o fim de responder à pergunta que se formulou em torno de um modo particular de expressão e de uso da língua portuguesa na região de escritura de tais correspondências.

Sobre o período de produção das correspondências em estudo, principalmente o que culmina com o denominado ciclo de ouro da borracha, D’Agostini *et al.* (2013, p. 8) afirmam que a cidade de Manaus, no Amazonas, passa por um período de intenso crescimento socioeconômico, com o mercado da borracha atingindo o seu maior patamar, tanto na exportação do produto, quanto nos preços, em 1855. Para os autores, o ciclo da borracha vive seu auge de 1879 a 1912, chegando a exportar mais de 30 mil toneladas do produto.

Simultaneamente às grandes transformações econômicas vivenciadas pela região em estudo, é válido dar destaque ao universo linguístico que diz respeito ao Brasil e à região amazônica e que têm íntima relação com o período de produção escrita aqui investigado. Referimo-nos às línguas indígenas ameaçadas, às sobreviventes e às duas novas línguas formadas a partir das indígenas – que são a Língua Geral Paulista (já morta) e a Língua Geral Amazônica; esta última, também chamada Nheengatu e cujo uso remonta à primeira metade do século XVII, com o início da colonização portuguesa no Maranhão e Pará (cf. Rodrigues, 1993, p. 83).

Todas essas questões procuramos levar em consideração para dizer que o período de escritura das correspondências em estudo pode refletir, especialmente, a fase de implementação da Língua Geral Amazônica, a influência da Língua Portuguesa de Portugal, a presença das línguas indígenas faladas na região amazônica e, por conseguinte, outras variedades do português do Brasil – tal como a ida de brasileiros de outras regiões do Brasil às cidades amazônicas de produção da borracha.

Um estudo, portanto, que verse sobre a região amazônica durante o ciclo da borracha não pode deixar de considerar, no que tange aos aspectos linguísticos deste período, que o

século XVIII experimenta as disputas entre Portugal e Espanha pelo território brasileiro, notadamente o amazônico, e que o século XIX acusa o início do declínio da Língua Geral Amazônica, com repercussões no século XX, quando se nota a adoção de um falar, nessa região, pautado, inclusive, pelos empregos linguísticos das gentes vindas do nordeste brasileiro, o que nos sugere que os centros urbanos da região amazônica vão se tornando, majoritariamente, monolíngues em português. É todo esse particular da ambiência linguística em regiões amazônicas que pensamos ser importante descrever, com a constituição, seleção e organização de um *corpus* diacrônico do português registrado no Amazonas dos séculos XIX e XX. Os resultados que aqui registramos são parte de um conjunto de pesquisas que busca retratar a variação linguística presente nas correspondências manuscritas, reconstruindo, assim, as sincronias pretéritas que poderão permitir o conhecimento, sob uma perspectiva dinâmica de estudo da língua portuguesa, de diferentes estágios dessa mesma língua, na região antes identificada.

Par a par com a coleta de dados do passado da língua portuguesa na região já descrita, pretendemos trazer, à consideração e análise sobre a língua portuguesa em períodos recuados, o fato de a língua revelar-se também lá 'rica na diversidade' – não só em decorrência das raras escolas da época (grosso modo, sem ou com pouca pressão da norma), mas também como consequência da falta de normatização em relação ao período de escritura das cartas em exame. Sobre esta questão, em especial, é preciso levar em conta que, à época da escritura das correspondências em análise, o Brasil não dispunha de modelo de escrita correta. O Primeiro Formulário Ortográfico de 1911 é posterior ao período de escritura dos documentos em investigação e suas orientações com força de Lei, segundo Silva (2009, p. 59), não foram adotadas no Brasil, mas somente em Portugal. A autora explica que

Essa reforma não foi precedida de contatos com o Brasil. Somente em 1931 foi assinado um Acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, com base na ortografia oficial portuguesa estabelecida em 1911. Contribuíram para essa unificação alguns ilustres filólogos brasileiros, entre os quais Antenor Nascentes, Mário Barreto, Silva Ramos e Sousa da Silveira. O Acordo de 1931 foi, então, oficializado em Portugal e no Brasil (Silva, 2009, p. 59).

É preciso que se diga, no entanto, que, apesar de o Acordo de 1931 ter sido oficializado entre Brasil e Portugal, ele não promove a unificação da ortografia dos dois países. Entre tantos Congressos sobre Convenções Ortográficas (em alguns casos, envolvendo Portugal e Brasil), entra em vigor, em Portugal, a Ortografia de 1945, enquanto no Brasil continuava sendo adotada a de 1943 (Ibidem, p. 60).

À luz de Silva (2009), dizemos, por fim, que

As divergências entre o Vocabulário ortográfico da língua portuguesa (1940), publicado pela Academia das Ciências de Lisboa, e o Pequeno

vocabulário ortográfico da língua portuguesa (1943), da Academia Brasileira de Letras, deixavam claro que o Acordo de 1931 não tinha conseguido promover a unificação da ortografia dos dois países (Silva, 2009, p. 60).

Estas brevíssimas palavras prestam-se a que possamos afirmar que, embora escritos, os dados desta pesquisa aproximam-se e muito da fala, ou seja, exprimem grande aproximação com as formas de expressão oral; a exemplo do que propõe Mattos e Silva (2006, p. 17) em relação a dados escritos do período arcaico: “o texto escrito do período arcaico se aproxima, em geral, mais da fala do que os textos escritos posteriores à normatização gramatical”. É sob tal anuência que constituímos o nosso conjunto de dados com os manuscritos do acervo J. G. Araújo.

A CONCORDÂNCIA VERBAL EM CONTEXTO DE VOZ PASSIVA

Sobre o tema em estudo, Cunha & Cintra (1996, p. 309) afirmam que “Em frases do tipo *Vendem-se casas* e *Compram-se móveis*, consideram-se casas e móveis os sujeitos das formas verbais ‘vendem e compram’, razão por que na linguagem cuidada se evita deixar o verbo no singular”. Para a norma que nos vem com tal orientação, ‘casas e móveis’ devem ser entendidos como sendo os sujeitos dos verbos ‘vender e comprar’ e, por isso, ordenadores do número deles. Logo, sintagmas nominais no plural, nos dois casos em análise, ‘casas e móveis’, regem a flexão em número dos verbos em questão (*vendem-se* e *compram-se*) e o ‘se’, por sua vez, é interpretado como pronome apassivador; daí o contexto sintático-semântico chamar-se de passiva sintética ou pronominal.

Eis, então, o que nos interessa conhecer, nas cartas escritas à mão, entre os anos de 1880 e 1889: se as construções envolvendo o ‘se’, em contexto de voz passiva, promoviam ou não a concordância verbal, quando com sintagmas nominais no plural; o que, por desdobramento, poderá indicar qual interpretação desse contexto reflete o uso de ‘se’ nas cartas: (i) ou a interpretação passiva; (ii) ou a ativa.

Também nos move a escolha que fizemos em relação aos anos de registro do português, ou seja, nossa análise se faz com os manuscritos de 1880 a 1889. Essa escolha observa o destaque que Galves (1996) dá aos estudos de fenômenos linguísticos característicos do século XIX para a compreensão do português brasileiro do século XX. A esse respeito, diz a autora (*Ibidem*, p. 387) que “É nos documentos do século XIX, em particular da segunda metade, que surgem os fenômenos que caracterizam a sintaxe do português falado atualmente no Brasil”.

E, depois, afirma também que

Um terceiro aspecto da mudança ocorrida no século XIX é a diminuição da frequência da concordância em estruturas com *se* estudada por

Nunes (1990, 1991), que analisa essa evolução como um sinal de que o *se* tende a ser interpretado como indeterminador e não mais como apassivador (Galves, 1996, p. 392).

Reportando-nos ao acervo, em primeira leitura exploratória, ainda por ocasião de um contato inicial que nos pudesse demonstrar se as cartas de J.G serviriam aos nossos propósitos de pesquisa, logo percebemos que, mesmo fora do contexto das passivas com SE, já se poderia falar em [-concordância verbal], tal como no fragmento de carta de 16/10/1881: 'ahi ficou os meu balaios'. E não 'ái ficaram os meus balaios', assumindo-se que 'os meus balaios', na função sujeito sintático, ainda que pospostos ao verbo 'ficou', são o termo sintático gerenciador da flexão verbal – donde 'ficaram', em se assumindo um registro de prestígio da língua portuguesa.

No que diz respeito ao contexto sintático em investigação, o uso nos tem dado conta da perda do traço de concordância verbal, também nas passivas com 'se'. Esta questão é tratada por Scherre (2005, p. 87), a partir das reflexões tocantes aos usos em *Doa-se/vende-se lindos filhotes de poodle*. De acordo com a autora, "a ausência de verbo plural em *doa-se filhotes* ocorre pelo fato de o falante/escritor nativo não interpretar filhotes como sujeito e sim como objeto direto". Em suas discussões, Scherre propõe que a argumentação das gramáticas normativas sobre a transitividade dos verbos e o *se* não é consistente (Scherre, 2005, p. 82) em relação às passivas sintéticas ou pronominais, que é contexto sintático onde a concordância verbal é regida pelo número do sintagma nominal em função sujeito, no caso – nós voltamos a insistir – em que o *se* é dado como apassivador tal qual a descrição (e conseqüente exigência) registrada em gramáticas prescritivas.

Acerca de outra frase, *aceita-se encomendas*, que julgamos de semelhante natureza morfossintática às que estão em análise, encontramos a avaliação de Carvalho (1990), em capítulo sobre a 'não-expressão de actantes de Pottier'. Sobre essa questão, que retoma com a discussão acerca do divórcio entre uma sintaxe culta formal e a sintaxe viva, o autor conclui o seguinte:

Nesse nível de língua (o da sintaxe viva), o que se ouve e o que já se lê na literatura modernista e na imprensa escrita do país são construções do tipo *aluga-se casas, aceita-se encomendas*, reconhecidas como gramaticais pelos falantes em geral, que nelas identificam um sentido ativo e impessoal, e não passivo como determina a doutrina gramatical em vigor (Carvalho, 1990, p. 243).

Este também é o tema de Menon (1994), quando estuda 68 entrevistas do Projeto NURC/SP (Norma Urbana Culta), para demonstrar que existem mais formas de indeterminar o sujeito no português do Brasil que as apontadas pela gramática tradicional. A autora registra 12 (doze) variantes da indeterminação, a saber: a gente, eles, eu, FNs (formas nominais), nós, se, você, vocês, VPSA (voz passiva sem agente), VPASSINT (voz passiva sintética), ØV3PS (verbo na terceira pessoa do singular) e ØV3PP (verbo na 3ª pessoa do plural). Tomando por

base o exemplo *agora se cortam as folhas quer dizer Ø tira os talos se lava bem essas folhas*, Menon explica que as estruturas com o *se* e sem concordância (com o pretense sujeito da gramática tradicional), como a forma *se lava bem as folhas*, são uma decorrência da perda do valor passivo das chamadas passivas sintéticas.

Devemos observar, relativamente ao exemplo de Menon, que os três verbos ali empregados (*se cortam / Ø tira / se lava*) são seguidos de sintagmas nominais no plural (*as folhas/os talos/as folhas*, respectivamente). Dizemos mais. Em sendo verdadeiro assumirmos que todo o evento foi narrado em circunstância tal que os três verbos servem à indeterminação do sujeito, é também verdadeiro concluirmos que as três formas verbais podem ser estudadas como variáveis, pois se prestam a representar um mesmo estado de coisas, ou seja, são interpretadas como equivalentes (semântica e pragmaticamente) pelo falante do português brasileiro (PB, daqui em diante).

Bem a propósito, Vilela & Koch (2001) aceitam nomear o *se* como índice de apassivação quando designa uma ação que é assumida pelo falante, a partir do paciente. Para Vilela e Koch, nesse caso, o agente é estruturalmente facultativo nas estruturas em que um verbo transitivo direto tem a sua concordância determinada por um termo que é o sujeito passivo da construção (Vilela & Koch, 2001, p. 181). O que pode explicar, portanto, para os autores a adoção do traço [+/- concordância] é a perspectiva assumida pelo falante em situações concretas de uso do português: *se* ativa, *se* passiva. Uma e outra estão atreladas e passam a explicitar qual julgamento faz o falante de PB a respeito das passivas pronominais.

Esse é também o conteúdo tratado por Brito (2007). Em sua análise histórico-semântica da partícula apassivadora *se*, Brito enseja uma pesquisa, de abordagem sociolinguística, que constitui *corpus* com textos escritos por professores do Distrito Federal e de Goiás e por estudantes de Letras da Universidade de Brasília. Com o fim de investigar “o uso do pronome SE nas estruturas identificadas pela tradição gramatical como passivas sintéticas” (Brito, 2007, p. 1), a autora conclui que a estrutura em estudo sofre reanálise, já que o nominativo da passiva sintética, que também controlava a concordância, passa a ser marcado como acusativo, donde a expressão de uma trajetória: de objeto semântico a objeto sintático. O *se*, neste caso, segundo Brito (2007, p. 35), passa a pronome indeterminador do sujeito. Considerando seus resultados, a autora (*Ibidem*, p.121) afirma que “o uso do verbo no singular + SN plural em estruturas com SE tornou-se a constante, sendo os usos discordantes ainda existentes frutos exclusivos de muita pressão da norma-padrão, não se constituindo em uma variante natural da língua”.

Esta pesquisa de Brito, em particular, nos reporta à compreensão de que mais movimentos costumam estar envolvidos nas diversas mudanças operadas nas línguas, ao que não escapa o português do Brasil. O fenômeno em questão, nomeadamente o enfraquecimento da concordância na estrutura passiva sintética, pode ter relação com o preenchimento da posição sujeito e a tendência à próclise pronominal; o que instaura a noção de feixe de mudanças inter-relacionadas (*embedding problem*, cf. Weinreich, Labov & Herzog, 2006 [1968]).

A discussão que procuramos trazer vem ao fim com mais dois trabalhos. Nunes (2012 [1991]) examina 1365 dados que compõem quatro *corpora*: um *corpus* diacrônico compreendendo o período entre 1555 e 1989 formado por cartas, diários e documentos (Acervo de Linguística Histórica da Unicamp); um *corpus* sincrônico composto por 13 entrevistas (banco de dados PUC-SP); e dois *corpora* contrastivos – 97 dados relativos a entrevistas do português europeu e 164 dados de entrevistas da Revista Veja, referentes ao período de maio de 1988 a maio de 1989.

Ao considerar os seus resultados, Nunes (2012 [1991, p.35]) declara haver “maciça preferência pela construção com *se* apassivador” no português europeu moderno. Em relação ao português brasileiro, diz, contrariamente, que a opção é pelo *se* indeterminador: “Já o português brasileiro vem se distinguindo por seguir justamente o padrão oposto, a preferência por construções com *se* indeterminador”. O autor ensina Labov (1972) para concluir que “a concordância em construções com *se* no atual estágio do português reflete mais um fenômeno de monitoração da escrita (que por vezes conduz a hipercorreções do tipo *tratam-se desses assuntos*) que propriamente algo do domínio do vernáculo”. Para tal, demonstra que

o percurso documentado nos textos é claro bastante para separar o dialeto brasileiro do europeu: o português brasileiro cada vez mais vem dando preferência à construção inovadora. As construções com *se* apassivador devem sua sobrevivência na modalidade escrita culta do português brasileiro à renitência da gramática tradicional, que se pauta pela norma européia (Nunes, 2012 [1991, p.35-36]).

Os resultados de Nunes apontam, enfim, um português brasileiro mais aberto a inovar. Num primeiro momento, o PB opta por deixar de lado a concordância no contexto sintático em análise; depois, escolhe, por vezes, não usar o *se* (indeterminador, a esta altura).

O último resultado de pesquisa que trazemos está em Bandeira (2021). Na pesquisa, são consideradas quarenta e quatro cartas escritas à mão, para descrever o comportamento de *se* como recurso da indeterminação. A autora afirma que a construção tradicional de voz passiva sintética, aquela em que o *se* figura como índice de apassivação, tende ao desaparecimento. A título de exemplo, argumenta, a respeito de *Colhem-se flores*, que não se pensaria (mais) sobre ‘flores são colhidas’, com flores (o paciente) iniciando a descrição da ação. Para a autora, muito pelo contrário, a perspectiva que ascende, relativamente ao contexto sob investigação, é a que dispõe o agente da ação em lugar de destaque, ou seja, é a que dá interpretação ativa às ações expressas pelos verbos: então, diríamos *Colhe-se flores*, porque o falante tende a assumir a ação a partir de seu agente; donde o entendimento de que ‘alguém colhe flores’ (Bandeira, 2021, p. 131).

Sob a variável dependente ‘presença/ausência de marca explícita de plural’, Bandeira analisa quarenta e quatro correspondências manuscritas para fins do estudo da concordância verbal como um fato variável (na pesquisa, no contexto da passiva sintética ou pronominal), com vistas, fundamentalmente, a cotejar com os resultados de Nunes (1990, p. 77), sobre estudo

descritivo da discordância verbal em passivas sintéticas: “Como podemos perceber, no século XIX, as passivas sintéticas sem concordância superam as passivas com concordância, tornando-se a forma predominante do século XX (84%)”.

O trabalho seleciona vinte e duas ocorrências de potencial interpretação passiva, sem ainda distinguir se com ou sem marca de concordância formal entre o verbo e o sintagma nominal, tal como o dado em carta de 27/3/1879: *uma lata de azeitonas, meia caixa com batatas que aqui se vende muito e eu também como com o bacalhão*. Acerca desse dado, a autora conclui ser possível afirmar que ele possa ser interpretado como *uma lata de azeitonas, meia caixa com batatas que aqui se vendem muito*, de potencial sentido passivo, portanto. E segue afirmando que, ao optar, diferentemente, pelo uso do verbo no singular, ainda que em relação a ‘uma lata de azeitonas e mais meia caixa com batatas’, o remetente escolhe não fazer concordar o sintagma nominal com o verbo, exclui a possibilidade da interpretação de sentido passivo e, assim, assume o sentido ativo com indeterminação do sujeito: ‘aqui vendemos, alguém vende, vende-se’; opção esta que licencia o emprego do *se* em função nominativa.

Em suas conclusões e considerando, em particular, *compra-se muitos generos*, Bandeira (2021, p. 134) demonstra, a respeito dos dados em que há sintagmas nominais no plural, que vence a adoção da perspectiva ativa entre os remetentes das correspondências objeto da pesquisa: nelas, 100% de ausência de concordância nos cinco dados com sintagma nominal plural e posposto ao verbo; indicando que, nesse contexto sintático, as ações expressas pelos verbos são assumidas a partir de seus agentes e não de seus pacientes (cf. Vilela & Koch, 2001, p. 181).

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Sob a perspectiva variacionista de pesquisa de um fenômeno linguístico, os aspectos linguísticos são concebidos correlacionados aos sociais. Quer dizer, considerado o pressuposto básico sobre os diferentes modos de dizer, identificam-se quais formas são preferidas e por quê, se por razões internas ou externas ao sistema linguístico. No caso em específico, procuramos flagrar as variantes em coocorrência, não só para determinar quais gozam de prestígio e quais são estigmatizadas, mas também para explicitar se seu uso decorre de fatores de natureza linguística ou de caráter sociocultural, ou de ambos. Interessam-nos, nos termos de Halliday (1985) *apud* Neves (1999, p. 77), “a questão das opções, a seleção de uma alternante dentre um conjunto de outras variantes capazes de ser usadas mais ou menos com a mesma acepção e adequação naquele contexto particular”.

No que diz respeito aos condicionadores sociais, procuramos conhecer (i) o lugar de escritura da correspondência; (ii) o período de sua escritura; (iii) o sexo do remetente; (iv) e o seu domínio gramatical (caligrafia legível, conhecimentos mínimos de coesão). Quanto aos condicionantes linguísticos, procuramos apreciar o seguinte: (i) O preenchimento e a posição

da função sujeito sintático; (ii) O tempo do verbo, sua flexão em número; (iii) O lugar do sintagma nominal em relação ao verbo (lugar de anteposição/lugar de posposição), seu traço de [-/+ animacidade]; (iv) O preenchimento e a posição da função objeto sintático; (v) O tipo de Oração que abriga a variação em estudo (Absoluta, Coordenada, Subordinada).

Admitindo o enfraquecimento da concordância em PB em relação ao contexto sintático das passivas sintéticas ou pronominais, assumimos que o fenômeno em estudo tem licenciado realizações variáveis nos termos de Coelho *et al.* (2010, p. 47): “variantes são alternativas de se dizer a mesma coisa, ou seja, oferecem a mesma informação referencial”. Quer dizer, tomamos para estudar a construção passiva com *se* (do tipo Castanhas venderam-se) como expressão variável daquela nomeada como índice de indeterminação do sujeito (Castanhas vendeu-se). Nós nos obrigamos, assim, a levar em conta que uma e outra, a saber, com [+/- marca de concordância verbal], têm se alternado num mesmo contexto sintático; e, por isso, acolhemos o seu estudo numa perspectiva em que duas ou mais formas, de um mesmo valor referencial, estão em variação; no caso em questão, no nível sintático da língua. Por essa razão, adotamos a Teoria da Variação e Mudança (cf. Weinreich, Labov & Herzog, 2006 [1968]), para tratar do fenômeno variável da concordância no contexto da passiva pronominal.

Ao fim e ao cabo, dizemos que ensejamos uma Investigação com o aparato teórico da Sociolinguística variacionista, com vistas ao controle de ocorrências de formas variantes, em função de condicionadores linguísticos e sociais que, a rigor, prestam-se, também, à análise estatística dos dados. Revelar a frequência de uso das variantes é também objetivo que foi colocado, a partir do qual pretendemos identificar, também, o padrão que brota do uso preferencial. A propósito, aqui vale citar o que assevera Faraco acerca do uso: “A única autoridade em língua é o USO, isto é, a maneira habitual, comum, corriqueira de falar ou de escrever” (Faraco, 2008, p. 100).

Resta-nos situar, a partir de então, o lugar da intersecção que propusemos como abordagem teórica, ao mencionar a possibilidade de conciliar a Teoria da Variação com o processo de Gramaticalização. A primeira, nos moldes como delimitamos antes; a segunda, circunscrita à compreensão dos seus mecanismos (cf. Hopper, 1991): da dessemantização (ou *bleaching*) à erosão (esta última, no sentido de perda da substância fonética) do *se*, ou a sua não lexicalização. E isto para dizer que reconhecemos um uso inicial de ‘se’ e a construção de um percurso que o envolve de tal modo que é como se ele estivesse atravessando os estágios do processo de gramaticalização. Reconhecemos, a propósito, que o reflexivo em questão encontrou lugar na apassivização (Ele se operou), na indeterminação (Come-se mal aqui), e também na disputa tratada aqui (da passiva à indeterminação, Forram-se/Forra-se botões). Reconhecemos, também, que o *se* passa a distanciar-se das construções de indeterminação do referente, conforme Galves (2001, p. 47), ao analisar a não lexicalização de ‘se’ em ‘Nos nossos dias, não (se) usa mais saia’. E, versátil, tenta ‘reaparecer’ com todas as pessoas gramaticais

no contexto da reflexividade; tal como em ‘Nós se reunimos’ (cf. Bandeira, 2007, 2021) e em ‘Tu se lembrás’ (cf. Oliveira, 2006, p. 7).

No que trouxemos sobre o *se* até aqui, em especial relativamente ao aumento na frequência de seu uso, pensamos ser relevante repetir que, lado a lado com o espraiamento das suas funções, ocorre a perda de seu significado referencial. Desbotado “[bleached] de especificidades de significado, ou generalizado à medida que se perdem componentes específicos de significado” (cf. Bybee, 2020, p. 234), o *se* (que citamos por ser o nosso objeto de pesquisa aqui) vê expandidos os seus contextos de uso e experimenta o descoramento de seu conteúdo semântico. Lembremo-nos de que, para Hopper & Traugott (1993, p. 87), a gramaticalização expressa uma evolução onde unidades linguísticas perdem complexidade semântica, significância pragmática, liberdade sintática e substância fonética.

Explicamos. O aumento na frequência de uso que acompanha caracteristicamente a gramaticalização também contribui para o desbotamento ou generalização. Nos termos de Bybee,

Quando um vocábulo ou sintagma é usado repetidamente, nós nos habituamos a ele, e ele perde algo de seu impacto (Haiman, 1994). [...] Em contextos sociais onde raramente são usados, seu uso tem muita força, mas em contextos onde ocorrem repetidamente, eles perdem seu impacto. Além disso, [...], palavras, sintagmas e construções usados frequentemente são de acesso mais fácil na memória do que os menos frequentes. O acesso mais fácil significa que construções frequentes em vias de gramaticalização vão ter, por sua vez, sua frequência de uso aumentada. Isso leva a mais habituação e, portanto, a mais desbotamento. O significado desbotado e o acesso mais fácil que vem junto com a frequência de uso leva a maiores aumentos de frequência tanto quanto a expansão para novos contextos (Bybee, 2020, p. 235-236).

Em atenção ao que trouxemos até então, parece ser aceitável afirmar que o *se* extrapola a sua função inicial, aquela da reflexivização, e passa a servir a outros propósitos sintáticos; o que significa que ele pode ser examinado sob o Princípio da Divergência, entendido como aquele que prevê que formas de etimologia comum possam exercer funções diferentes (cf. Hopper, 1991, p. 24). Não aos saltos, mas como um processo de natureza gradual, as formas em processo de gramaticalização assumem novos valores morfossintáticos e semânticos, ou seja, passam a desempenhar outros papéis gramaticais - no caso de *se*, de pronome (com a perda de propriedades tipicamente pronominais) a clítico e deste ao vazio (estágio zero da Gramaticalização).

Sob o movimento nomeado como Especialização, é razoável admitir que o ‘se’ estaria em busca de um uso no qual pudesse estabilizar-se na língua, pois ali seria especialista. No caso deste trabalho, o reflexivo atuou em diversas frentes e agora precisa recarregar-se de

sentido – opaco não ‘tem muito futuro’ e, por isso, chega a dispensar funções (a de apassivador, a de indeterminador, por exemplo) para poder seguir vivo na língua. Logo, na Especialização, pode haver redução de número de formas possíveis dentro de um mesmo domínio funcional. É o que Tavares (2003, p. 75) nomeia como diminuição ou extinção da variação entre itens linguísticos, na expressão de uma mesma noção gramatical.

Em síntese, quando postulamos a interface sociolinguística e gramaticalização neste estudo, trazendo também Princípios de argumento funcionalista, assim o fazemos porque entendemos que são ambas (essas teorias) convergentes, ao reconhecerem a heterogeneidade da língua e ao estabelecerem prioridade à língua em uso; neste caso, prestigiando a natureza social da linguagem.

É momento de nos perguntarmos pelo que pode explicar o afrouxamento da concordância verbal em contexto das passivas sintéticas ou pronominais. Ao que respondemos, ensejando a nossa hipótese de trabalho: o falante do português brasileiro não interpreta o *SE* das passivas sintéticas como apassivador, nem o sintagma nominal (SN, doravante) desse mesmo contexto como sujeito. O que ele faz é promover uma Reestruturação da sintaxe ‘passiva sintética’, ao que tudo indica explicável com a Erosão da flexão verbal em PB e consequente necessidade de Preenchimento da ‘casa’ sujeito.

Para os fins desta pesquisa, é considerada, portanto, a orientação nomeada como Sociofuncionalismo. A interface em questão diz respeito a uma proposta de investigação que envolve a Sociolinguística e o Funcionalismo Linguístico, com a articulação de pressupostos teorico metodológicos de uma e de outra; a saber, da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo de vertente norte-americana – também denominado como teoria baseada no uso (Bybee, 2010).

Sob tal abordagem, tornamos oportuna uma proposta de investigação que procurou analisar uma disputa entre variantes, com vistas a identificar padrões de variação e a interpretar o que está circunscrito ao contexto variável – quando há a escolha de uma forma variante em detrimento de outra (ou outras), por exemplo. Nos limites deste trabalho, estão em disputa o *se*-apassivador e o *se*-indeterminador que, como dissemos, ‘brigam’ pela representação de um mesmo domínio funcional, ou seja, ‘lutam’ pelo lugar da variação aqui em estudo, que é a expressão da perspectiva passiva em português brasileiro; o que, segundo entendemos, está estritamente relacionado à realização variável da concordância verbal. A tarefa está dada: dizer sobre as tendências de uso de tais formas (se a variante verbal sem concordância ou se aquela com concordância), com o objetivo de determinar qual variante é opção de uso na circunstância sintática em estudo, informando também acerca de quem faz esta escolha e quando a faz. Em existindo contextos preferenciais de uso, em relação a cada uma das variantes, é dever indicar, também, um diagnóstico de suas especializações; o que pode ser determinado, à luz dos condicionadores linguísticos e extralinguísticos antes qualificados.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Para tratarmos do afrouxamento da concordância verbal (*Fizeram-se as últimas transações / não se sabe bem os motivos*) em contexto de passivas sintéticas (Nunes, 1990; Galves, 1996), consideramos 867 (oitocentas e sessenta e sete) correspondências trocadas entre a empresa dos Araújo e os que viviam no interior amazônico ao longo dos anos de 1880 a 1889.

Dentre os primeiros cuidados em torno da coleta e da seleção dos dados linguísticos que serviram a esta pesquisa, ocupamo-nos de trazer ao trabalho somente aquelas cartas manuscritas que têm, em seu cabeçalho, uma cidade circunscrita à região identificada como Capitania de São José do Rio Negro; hoje, Amazonas. Depois, excluímos as cartas ilegíveis (muitas vezes, em decorrência das muitas rasuras) e as danificadas (quando havia comprometimento na coleta de dados linguísticos precisos).

Tomamos, por fim, a decisão de fazer uma descrição de cada um dos quinquênios, em separado; para só então trazer o cotejo entre ambas as sincronias pretéritas. Por se tratar de análise sobre um decênio de realizações de natureza linguística, propusemo-nos a fazer um primeiro recorte no conjunto destes dez anos, separando-os em dois quinquênios que, por fim, são contemplados novamente em termos de suas diferenças e semelhanças quanto ao tema em estudo. Entendemos que o conhecimento, mais aprofundado, de cada um dos períodos pode anunciar tendências de uso que não seriam percebidas se a análise partisse do todo, que é o próprio decênio (de 1880 a 1889). Neste aspecto, pudemos analisar 136 (cento e trinta e seis) correspondências, pertinentes ao primeiro quinquênio, e 731 (setecentas e trinta e uma), ao segundo.

A seguir, portanto, as descrições das realizações de *se*; dentre as quais e, especialmente, as da perspectivação de interpretação passiva; antes, num primeiro quinquênio (1880 a 1884) e, em seguida, noutro (1885 a 1889).

Relativamente ao primeiro quinquênio, foram lidas 461 (quatrocentas e sessenta e uma) cartas, servindo 136 (cento e trinta e seis) à discussão que fazemos a seguir. Somente em relação ao primeiro quinquênio em análise (1880 a 1884), são 74 (setenta e quatro) as ocorrências de passiva analítica, tal como esta forma de passiva é descrita pelas gramáticas de cunho normativo. A título de ilustração, recorreremos aos dados que põem, como ponto de partida da descrição do processo, o experienciador (ou o paciente) da ação verbal. Noutros termos, inicia-se a descrição da ação indicando-se o que (ou quem) sofre os efeitos do acontecer verbal, sem que se dê a conhecer, em muitos casos, o agente da ação expressa pelo verbo (o agente da passiva, em termos prescritivos).

De um lado, então, estão as 74 (setenta e quatro) ocorrências de passiva analítica e doutro, as 14 (quatorze) de passiva sintética; dentre as quais, 12 de potencial interpretação ativa. Nos quatorze casos de eventual interpretação passiva, não se empregou a locução verbal, mas o *se* para a descrição do evento a partir do paciente da ação expressa pelo verbo.

Em se considerando 'Aguarda-se as seguintes entradas', constatamos que as ocorrências pertinentes ao primeiro quinquênio em exame apontam que o SN plural, em contexto de passiva sintética, é interpretado como complemento do verbo (acusativo, portanto) e, por essa mesma razão, não tem gerência sobre o número do verbo (que permanece no singular porque tem o *se* como seu sujeito sintático).

A propósito de tais resultados, concluímos, acerca do primeiro quinquênio, que os remetentes dos documentos de 1880 a 1884 tendem a não fazer concordar o verbo com o sintagma nominal plural, em contexto de passiva sintética. O primeiro quinquênio, ainda que com significativa carência de dados de passiva sintética com SN plural, corrobora os resultados sobre estudos com o mesmo período de 1800 (ou recortes de tempos próximos a), com dados que têm apontado o abandono de *se* apassivador. Tal como o que conhecemos com a pesquisa de Cavalcante (2011), que afirma o seguinte: "A partir do século XVIII, [...] considero que as construções de SE-passivo tenham desaparecido, só restando construções de SE-indefinido" (Cavalcante, 2011, p. 540).

Em relação à primeira sincronia pretérita sob análise, podemos afirmar que a variante inovadora (o *se* indeterminador) é a opção de uso entre os dados com SN plural (100%). Chamamos especial atenção ao emprego bastante expressivo, entre o conjunto de dados em exame, da passiva analítica (com um total de 74 ocorrências, em números absolutos); permitindo-nos a afirmação de que, quando a perspectivação passiva é construída pelo remetente dos manuscritos, ela se faz preferencialmente com a voz passiva analítica (84,09%, de um total de 88 ocorrências); tal como em *seo estimado favor me foi entregue / foi vendido o peixe, e acastanha*. Fazemos notar, particularmente sobre este último dado, que, para dar ao peixe (e à castanha) a função semântica de experienciador ou paciente do processo verbal, o remetente escreve 'foi vendido o peixe, e acastanha'. Não disse 'vendeu-se' ou 'venderam-se', nem mesmo 'foram vendidos'. Escolhe a passiva de caráter analítico e não faz concordar peixe e castanha com a locução verbal; podendo-se, neste caso, (até) afirmar que o signatário da cartinha escolheu fazer a concordância somente com o mais próximo, o peixe.

As duas únicas ocorrências de passiva com 'se' em relação a um sintagma nominal plural exibem, portanto, o traço [- concordância verbal], a que fizemos referência antes; o que significa que, entre os nossos dados, a variante padrão ou conservadora não encontra lugar. Noutras palavras, dizemos que o remetente das correspondências manuscritas em estudo entende, como complemento do verbo, o SN (especialmente o flexionado em número) nas construções com verbos transitivos diretos e o 'se'. Neste contexto, a função sintática de sujeito é preenchida com o *se*, interpretado como indeterminador. Voltando-nos à ocorrência 'aguarda-se as seguintes entradas', constatamos que a posição de posposição ao verbo pelo SN plural (*as seguintes entradas*) coloca-o em lugar que favorece a sua interpretação como sendo objeto direto (acusativo, enfim).

Fica, assim, na dependência de um maior volume de dados, o fator ‘ordem’: por ora, permanece o nosso entendimento de que a posição de objeto direto (de posposição ao verbo, portanto), quando ocupada pelo SN plural, implique a opção pela [-concordância]; isso porque, nesse caso, o SN tem mais chance de ser interpretado como objeto direto, já que em posição acusativa; assumindo-se, fundamentalmente, a ordem canônica do português brasileiro como sendo SVO (sujeito, verbo, objeto). Lembremo-nos de que, de acordo com Pontes (1986), o sujeito prototípico em português é anteposto ao verbo e tem traço [+humano]. Daí, conforme percebemos a questão, a dificuldade que tem o falante do português de interpretar como sujeito um SN posposto ao verbo e de traço [-animado]. Esta hipótese, por tudo isso, está em processo de testagem.

Ainda sobre o primeiro quinquênio, temos a informar que o fator ‘tipo de oração’ (absoluta, coordenada, subordinada) não se mostrou relevante para explicar a variação em estudo. Relativamente aos condicionadores sociais explicitados antes (o lugar de escritura da correspondência, o período de escritura, o sexo do remetente e o seu domínio gramatical), já podemos afirmar que as ocorrências analisadas são de distintos lugares e de diferentes anos de escritura (1881 e 1884). Todas são correspondências que foram escritas por signatários do sexo masculino, com bom ou razoável domínio gramatical (caligrafia legível, conhecimentos mínimos de coesão). A esse respeito, então, os primeiros resultados estão indicando que a opção pelo não uso da concordância não parece poder ser explicada por um dos fatores sociais.

Sobre o primeiro quinquênio, em síntese, constatamos a prevalência numérica da passiva analítica sobre a passiva sintética (ou passiva com *se*): 74 de analítica *versus* 14 ocorrências de passiva com *se*; o que nos recorda Carvalho (1990, p. 90), quando propõe que a falta de clareza da passiva sintética fez com que o falante do português brasileiro ‘declarasse a sua morte’ e dispusesse, em seu lugar, a passiva analítica.

Em relação ao segundo quinquênio (1885 a 1889), foram lidas 2594 (duas mil, quinhentas e noventa e quatro) cartas, servindo 731 (setecentas e trinta e uma) à análise que está a seguir. No segundo quinquênio, o predomínio numérico é, também, da passiva analítica, com 168 ocorrências nesta sincronia pretérita. De um total de 74 realizações com *se*: 41 (quarenta e uma) são passivas de SN singular (com eventual interpretação ativa): *por que hoje aqui se vende mercadoria igual*.

Já com SN plural e o *se*, são 33 (trinta e três) as ocorrências; dentre as quais, 9 (nove) sem observância da concordância e 24 (vinte e quatro), com o traço [+ concordância verbal]. Em termos percentuais, 72,72% dos remetentes do segundo quinquênio em estudo interpretam o SN plural como sujeito sintático e, assim, obrigam-se a flexionar o verbo em número, como em *dividas desta natureza não se poderão cobrar*, ou em *hoje se fazem negócios*. Para este informante do sexo masculino, que escreve de Castanheiro, aos 8 de fevereiro de 1885, são ‘os negócios’ o sujeito de ‘fazer’; contexto sintático que dá ao *se* uma interpretação passiva, tal qual ‘negócios

são feitos hoje'. Entre os dados do segundo quinquênio, tem uso preferencial a variante padrão ou conservadora; como na ocorrência *se tomarão os respectivos pesos*.

Entre as análises realizadas, desejamos dar destaque ao que pudemos considerar em torno do fator linguístico 'tipo de oração'. Examinamos, doravante, se o tipo de oração envolvido com o lugar em que ocorre a variação pode ajudar a explicar o traço de concordância em apreciação. Quanto ao tipo de oração (absoluta, coordenada, subordinada) em que o traço de concordância é avaliado, constatamos, entre as 24 ocorrências interpretadas como de *se* passivo, a seguinte distribuição: 11 absolutas, 8 subordinadas e 5 coordenadas. Entre as 9 interpretadas como de *se* indeterminador, são 4 absolutas, 4 subordinadas e 1 coordenada.

Inicialmente pensamos, à luz do que fomos observando ao longo da coleta dos dados, que as frases verbais com traço [+ concordância] tinham relação com o rol de produtos listados, aos quais se seguia a informação sobre a sua venda e os valores cotados para um determinado período; tal como o que se segue: 'Castanhas. Venderam-se hoje a (maio, 1889)'. Observando este fato repetir-se sucessivas vezes, nós até julgamos que houvesse uma fórmula (ou uma rotina) de avaliação dos produtos e esta, por sua vez, se fizesse com os produtos no plural e os verbos, na sequência, também no plural.

Com o último ano do segundo quinquênio (1889), no entanto, a alternância [+/- concordância] se acentuou e, desde então, também passamos a verificar a identificação do produto no plural e o verbo, diferentemente, no singular, conforme a seguir: Castanhas. Vendeu-se 1900 (junho, 1889). Então, embora não possamos relacionar, categoricamente, a oração absoluta à preferência por um ou outro *se*, verificamos que há, sim, um maior número de orações absolutas (45,83%) envolvidas com o *se* passivo, que é a sintaxe com SN plural e verbo plural. Mesmo assim, não nos parece possível propor, em se considerando esses resultados, que o tipo de oração seja um fator relevante para a variação em estudo. O que percebemos, na verdade, com o número majoritário de orações absolutas (11/24) e a sintaxe de *se* passivo (SN plural e [+ concordância]), é que é justamente no interior das orações menos marcadas, as absolutas (cf, Princípio de Marcação, segundo Givón, 1995), que a forma mais marcada de *se* (o apassivador, porque dependente do traço [+ concordância]) está ocorrendo mais frequentemente.

Noutras palavras, é no interior das orações menos marcadas (as absolutas), porque menos complexas estrutural e cognitivamente, que predomina o *se* mais complexo (o apassivador, porque aquele que, ao 'exigir' a flexão plural com SN plural, demanda mais tempo, mais atenção e mais esforço mental por parte do falante - neste trabalho, o remetente das correspondências manuscritas). Resumindo. São as orações menos complexas as mais frequentes e nelas, o *se* mais complexo. Por tudo isso, ensejamos a relação marcação-expressividade (cf. Princípio da Expressividade Retórica, segundo Dubois & Votre, 2012).

Reflitamos, a partir de então, sobre a pertinência dos fatores sociais que consideramos nesta investigação. Citamos, novamente, os 4 (quatro) condicionadores em questão: o lugar e o período de escritura da correspondência, o sexo do remetente e o seu domínio gramatical.

Vejamos, por primeiro, os nove dados de SN plural e [- concordância], conforme o ilustrado em *encontrei faltas como abaixo se vé* (junho, 1889). As nove ocorrências são de distintos lugares (Barcelos, Maués, Barracão etc) e de diferentes anos de escritura (1 de 1885; 1 de 1886; 7 de 1889). Todas são correspondências que foram escritas por remetentes do sexo masculino.

À exceção de uma carta (Barracão, 25 de março de 1889), à qual faltam os elementos coesivos mais simples (como os de coordenação, por exemplo) e sobram trechos sem nexos, as demais indicam que seus signatários têm bom domínio gramatical (caligrafia legível e conhecimentos mínimos de coesão). A princípio, não vemos como justificar o não uso da concordância, nem pelo sexo dos remetentes, nem pelo nível de escolaridade demonstrado com o corpo do texto das cartas manuscritas. Julgamos que se faz importante aprofundar a pesquisa em torno da localização das cidades constantes do cabeçalho das correspondências, a fim de que se obtenham informações que permitam situar cada uma delas no mapa da região em estudo: se mais ao norte ou ao sul, por exemplo; isso para verificar se a localidade (sua história, seu processo de povoamento) contém elementos socioculturais que possam favorecer ou inibir a escolha pelo *se* indeterminador.

Quanto ao período de escritura, parece válido, também, investigar um pouco mais sobre o ano de 1889, com 7 ocorrências (dentro do total de 9) de SN plural e sem concordância; sem ignorar que não há dados dessa natureza nos anos de 1887 e 1888. Preferimos manter cautela, no atual estágio desta pesquisa, quanto à relevância dos fatores sociais em relação ao que estamos pesquisando, isso porque há (ainda) muitas questões a serem esclarecidas no que diz respeito aos condicionadores extralinguísticos.

Aos moldes de *'se tomarão os respectivos pezos'* (junho, 1889), nós nos voltamos, em seguida, às 24 (vinte e quatro) ocorrências de SN plural e [+ concordância], para considerá-las no tocante aos fatores sociais. Constatamos, no que tem relação com o fator social 'localidade', que, à exceção de dois documentos com rasuras no espaço de identificação da cidade de escritura do manuscrito, o fenômeno que prestigia SN plural e concordância plural encontra realização em distintas localidades do Amazonas (São Paulo de Olivença, Manicoré, Caiçara, Castanheiro etc). O fenômeno também está distribuído entre os anos de 1885 (4 ocorrências), 1886 (3), 1887 (2), 1888 (1) e 1889 (14); o que, reiteramos, é resultado que pede revisita ao ano de 1889, ano de destaque também para os casos de SN plural e [-concordância]. Um estudo particularizado, sobre 1889, pode oferecer respostas acerca da pertinência dos fatores sociais por hipótese envolvidos no traço concordância aqui em estudo.

No que tange ao fator 'domínio gramatical', observamos que são todas as ocorrências que exemplificam textos de bom domínio gramatical (à exceção de uma, com maiores dificuldades quanto à coesão). Relendo esta carta, pensamos ser possível afirmar que a declaração, que se repete duas vezes, de que 'hoje se fazem negócios', assemelha-se a um clichê, a uma frase feita; podendo significar que não houve ali um uso refletido da língua, mas a repetição de uma forma 'consagrada pelo uso vulgar'. O que há em comum entre as vinte e quatro realizações de *se* apassivador (SN e verbo no plural) é o sexo do remetente (masculinos, todos). Fica, até

então, o registro da estratégia de se continuar a análise linguística com os anos subsequentes, com o objetivo de se traçar uma linha no tempo de produção das passivas sintéticas (nos termos aqui interpretados). Não temos, por ora, as respostas que nos permitiriam explicar a opção pelo traço [+concordância] a partir de um dos fatores sociais considerados na análise.

Quanto à questão da ordem dos constituintes na oração, encontramos a seguinte frequência de realizações: (i) SN plural + Verbo plural: 15 (quinze) ocorrências; (ii) Verbo plural + SN plural: 9 (nove) dados. Tem uso predominante a opção que dispõe o SN plural em posição nominativa, seguido de Verbo no plural, condição esta que pode explicar a tendência a que se interprete o SN como sujeito da perspectiva passiva, com *se* designadamente apassivador: *despezas que se fizeram* (novembro 1886), *dividas desta natureza não se poderão cobrar* (março, 1889), *barricas de assucar não se perção* (abril, 1889), *mais transacções fizeram-se á* (setembro, 1889).

No que toca ao segundo quinquênio (1885 a 1889), constatamos, em síntese, o predomínio numérico da passiva analítica (168 ocorrências), tal qual já havíamos observado em relação ao primeiro quinquênio (1880 a 1884) em estudo. Em linhas gerais, seriam 168 dados de analítica contra 74 de sintética (aquela com o *se*); o que nos move, em especial, a Carvalho (1990, p. 90), ao propor que, em razão da falta de clareza da passiva sintética, “em seu lugar, reina soberana, nas línguas românicas, a passiva analítica”.

Sobre a abundância de realizações de passiva analítica, pudemos quantificar 168 (cento e sessenta e oito) ocorrências em que a descrição do acontecer verbal tem início, preponderantemente, com o paciente do processo em questão, a que se segue não uma forma sintética ou pronominal com o *se*. Nesses casos, diferentemente, usou-se de locução verbal constituída de auxiliar e participio de verbo principal. A título de ilustração, damos a conhecer os seguintes dados: *conta corre foi remetida* (março, 1885), *os artigos seguintes não foram incluídos* (março, 1885), *ultima remessa de couros foi vendida* (maio, 1885), *cartas e contas forão roubadas e queimadas* (junho, 1886), *estopilha não foi metida em conta* (julho, 1886).

Este resultado, pertinente ao predomínio da passiva analítica em ambas as sincronias em estudo, é aspecto de semelhança entre os períodos analisados: 84,09%, no primeiro quinquênio; 69,42%, no segundo. Já em relação à passiva com ‘se’ e SN plural, os resultados apontam diferentes comportamentos quanto ao traço de concordância verbal: *se* indeterminador é a opção preferencial no primeiro quinquênio (100%), pois não se fez concordar SN plural com verbo em nenhum dos casos descritos; e *se* passivo, no segundo (72,72%), ocasião em que o SN plural foi determinante para a flexão verbal em número.

Em atenção a esse resultado, em específico, tem-se um primeiro quinquênio apontando para o afrouxamento da concordância verbal e conseqüente adoção de *se* indeterminador em contexto de passiva sintética; e um segundo quinquênio, diferentemente, indo em direção oposta, com o fortalecimento da concordância na estrutura passiva sintética ou pronominal e conseqüente interpretação de *se* como apassivador.

Quando consideramos analisar o decênio como um todo, ainda assim permanece, como já o provamos em números absolutos, a preferência pela passiva analítica e, em seguida, a opção, quando com o *se*, pela estrutura com *se* apassivador. Os dados desta investigação já trazem, é bem verdade, sobre os idos de 1880 a 1889, as ocorrências que dão preferência à construção inovadora (*se* como indeterminador) mas não em números suficientes a autorizar uma tendência de uso. Muito pelo contrário, estes mesmos dados apontam, em suma, a obediência à gramática prescritiva no que ela preceitua sobre as construções com *se* apassivador (em caso de SN plural, sofre o verbo a flexão em número); tem vitória, nestes casos, a variante padrão ou conservadora. A propósito, acerca de resultados com este perfil, diz Nunes que “As construções com *se* apassivador devem sua sobrevivência na modalidade escrita culta do português brasileiro à renitência da gramática tradicional, que se pauta pela norma européia” (Nunes, 2012 [1991, p.35-36]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como são muitas as funções de ‘se’, fica posta a necessidade de se delimitar a pesquisa: qual uso de *se* interessaria a esta investigação? Respondendo a esta questão, escolhemos estudar duas funções de *se*, explicitadas pelo *se* indeterminador e pelo *se* apassivador; o que implica, fundamentalmente, a avaliação da diátese verbal envolvida na interpretação de cada um destes SEs. Se ativa, estaríamos tratando do *se* indeterminador; se passiva, do *se* apassivador. Em questão, portanto, a identificação do tipo de relação lógica (ou gramatical) entre o verbo e o sintagma nominal (SN), participantes do acontecer verbal (cf. Vilela, 1999, sobre perspectivação do acontecer verbal). Num e noutra caso, em síntese, o que nos interessa conhecer é como o falante de português (nesta pesquisa, o remetente das cartas manuscritas do acervo J. G. Araújo) entende o SN das estruturas sintáticas tradicionalmente nomeadas como passivas sintéticas ou pronominais. Pela Tradição, o SN chega-nos, nestas estruturas, como sujeito sintático que deve, por princípio, gerenciar a concordância verbal.

Entra em cena, por isso, a relação de concordância entre SN e verbo, porque traço distintivo a qualificar o SN: se sujeito (conforme a Tradição), se objeto (cf. Nunes, 1995, p. 212). Noutras palavras, o que passa a estar em jogo é, especialmente, a função sintática do SN e, por conseguinte, a interpretação de ‘se’; o que significa, em linhas gerais, que o SN e o ‘se’ têm sua função sintática questionada pelo falante do português: ora nominativa, ora acusativa. O que pode querer dizer, grosso modo, que objetos semânticos (pretensos sujeitos pela Tradição) podem vir a ser interpretados como objetos sintáticos.

Este é resultado que é confirmado com o primeiro quinquênio, mas não com o segundo. No primeiro, o SN deixa de controlar a concordância verbal (*Aguarda-se as seguintes entradas*; março de 1884); no segundo, o SN permanece gerenciando a flexão do verbo (*Venderão-se as suas*

Castanhas; maio de 1889). Tais resultados não os pudemos explicar à luz dos condicionadores sociais até então avaliados: como faltam informações relativas à faixa etária e ao nível de escolaridade dos remetentes, por exemplo, e os demais fatores extralinguísticos não se mostraram relevantes para justificar uma ou outra variante em exame, assumimos afirmar que, por ora, não temos elementos com os quais possamos explicar o comportamento da concordância verbal por uma ou mais variáveis de natureza social. Seguimos, por isso mesmo, com o objetivo de poder explicar a variação em análise, seja para correlacioná-la a um condicionante social, seja para justificá-la como inerente ao sistema linguístico do português.

Os resultados, portanto, a que pudemos fazer referência apontam dois caminhos relativamente à perspectiva passiva do acontecer verbal: (i) primeiro, com a prevalência da passiva analítica nos dois quinquênios estudados; (ii) segundo, com a natureza conservadora da escrita registrada no acervo J. G. Araújo – uma escrita que, muito possivelmente, reflete algum monitoramento pelos remetentes das cartas manuscritas. Lembremo-nos, a propósito, de que os documentos que tomamos para estudar são, fundamentalmente, parte (e fruto) de uma relação de natureza comercial, o que acaba por exigir, de seus signatários, um maior controle ao longo do processo de escrita. Seja como for, sob uma maior ou menor ‘vigilância’ acerca dos escritos, o que pudemos constatar, essencialmente, é que a realização da concordância verbal, no contexto da passiva sintética, não é categórica; é, sim, um exemplar de variação no plano sintático da língua portuguesa, registrada na antiga São José do Rio Negro, que é nome primeiro do Estado do Amazonas.

Por tudo o que foi trazido até aqui, repetimo-nos ao dizer que este é um trabalho que se ocupa com a descrição linguística, mas não só. É, também, uma pesquisa que se apresenta como um lugar de reflexão sobre o homem que viveu os dias de produção da borracha na região amazônica do século XIX. Utilizamo-nos, por isso, dos registros com o reflexivo ‘se’ para, em específico, desvelar os aspectos linguísticos envolvidos na descrição do processo verbal, no que está delimitado pela noção *genus uerbi* (cf. Vilela, 1999, p. 49), ou voz do verbo.

Interessa-nos, também, entender como o falante de português (no caso em questão) se manifesta linguisticamente e quais são, a cada circunstância de uso, as escolhas que faz dentre os muitos recursos que a língua portuguesa oferece; o que pode demonstrar a maneira como este falante se relaciona com as variedades sociais e geográficas, por exemplo, aprendidas na escola. Neste particular, a nós nos parece, à luz dos resultados a que já fizemos referência, que o ‘se’, em contexto de passivas sintéticas, expressa um uso variável, pois há clara alternância no traço [+/-concordância verbal]; como o registrado no título deste artigo: (i) *Castanhas. Venderam-se hoje* (maio, 1889); (ii) *Castanhas. Vendeu-se* (junho, 1889)”.

A esse respeito, afirmamos que, ainda que a variante inovadora (o *se* indeterminador) não seja a que se prefere majoritariamente entre os dados do decênio (1880-1889), entendemos que a indiscutível variação em curso anuncia haver divergência entre o que está determinado,

para os casos de voz passiva sintética, pela gramática prescritiva e o modo como alguns reme-
tentes dos manuscritos interpretam o *se*.

Tal divergência, nós nos permitimos opinar, tem relação com a inconsistência teórica da gramática prescritiva no que diz respeito à voz passiva sintética ou pronominal. A começar, reiteramos, pela imposição de uma questionável sinonímia entre a passiva analítica e a passiva sintética. Sobre esta questão, reportamo-nos a Said Ali (1957, p. 101), para afirmar que há diferença entre essas passivas, tanto na forma quanto no sentido. Para o autor, em linhas gerais, dizer ‘aluga-se esta casa’ não é o mesmo que dizer ‘esta casa é alugada’; implicando o pressuposto de que entre ambas as construções sintáticas não há equivalência semântica. O que há, segundo entendemos, é a possibilidade de que o falante de PB as interprete, em determinados contextos de uso, como equivalentes quanto ao seu significado representacional. Questão que, sem dúvida, merece ser estudada. Em síntese, fica, de um lado, a norma; e, de outro, o uso. E é o que se repete quando, no interior das passivas sintéticas, tem-se um SN no plural: ‘alugam-se casas’, por exemplo.

A nosso ver, uma construção sintática por demais complexa, também porque baseada na ocasional sinonímia que, há pouco, comentamos: neste caso, entender ‘alugam-se casas’ como ‘casas são alugadas’; situação em que o falante é obrigado a interpretar ‘casas’ como sujeito sintático e, por isso, ordenador da concordância verbal (plural, no exemplo) – ‘alugam-se’. Este é, então, o lugar da variação que procuramos discutir ao longo deste trabalho: o traço de concordância verbal no contexto de *se* + SN plural, em particular, que é, em breves palavras, um lugar de disputa entre o que a escola ensina sobre a concordância prescritiva (a do *se* passivo) e a compreensão que tem o falante de português brasileiro desse tipo de contexto (ao ignorar a concordância e optar pelo *se* indeterminador). Um embate, bem a propósito, também comprovado pelo *corpus* desta investigação: existe, sim, alternância de uso entre *se* passivo e *se* indeterminador nos manuscritos do acervo J. G. Araújo, de 1880 a 1889.

Concluímos, propondo-nos, neste sentido, a dar continuidade a este projeto, para traçar a trajetória de *se* nos registros de português no Amazonas dos séculos XIX e XX; especialmente no que se refere à trajetória que é objeto desta proposta de trabalho – tal qual a ilustramos a seguir, tomando os exemplos de Carvalho (1990, p. 192- 198): *vendem-se casas*> *vende-se casas*> *vende objetos usados*. À luz da natureza sintático-semântica de tais exemplos, pretendemos continuar avaliando a variação que permitiu a Bechara (2004, p. 178) a proposição de um percurso pertinente ao *se*: da passiva à indeterminação. E isso para poder dizer, sobre os dados do acervo J. G. Araújo, se tem razão Azeredo (2010, p. 275), quando diz que “o sentimento de indeterminação do agente prevalece sobre o caráter passivo da construção”; ou, nos termos de Vilela & Koch (2001, p. 181), se tendem as ações expressas pelos verbos a ser “assumidas a partir de seus agentes e não de seus pacientes”.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BANDEIRA, G. A. F. *O apagamento de SE nas funções sujeito e objeto: um estudo variacionista com dados do Varsul do Paraná*. 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- BANDEIRA, G. A. F. 'Aqui compra se galinhas e ms alguma cousa': um estudo sobre o fenômeno variável da concordância no contexto da passiva sintética ou pronominal, em cartas manuscritas do século XIX. *Revista Travessias*, Cascavel, Paraná, v. 15, n. 1, 2021. p. 126- 138.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.
- BRITO, S. S. *SE passivo? Pela derrubada da concordância com a qual ninguém concorda*. Tese de Mestrado em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2007. 142 pp.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J. *Mudança Linguística*. Tradução, apresentação e notas de Marcos Bagno. Coleção de Linguística. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- CARVALHO, C. *O pronome se: uma palavra oblíqua e dissimulada*. Tese de Doutorado em Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990. 380 pp.
- CAVALCANTE, S. R. O. Padrões estatísticos do encaixamento da mudança de se-passivo a se-indefinido na história do português. *Alfa*, Revista de Linguística, 2011, 55: 523-544.
- COELHO, I. L., GÖRSKI, E. M., MAY, G. H. & SOUZA, C. M. N. *Sociolinguística*. Florianópolis: Editora LLV/CCE/UFSC, 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 12ª Edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.
- D'AGOSTINI, S.; BACILIERI, N., VITIELLO, H., HOJO, M., BILYNSKYJ, A. & BATISTA FILHO, A. *Ciclo Econômico da Borracha*. Páginas do Inst. Biol., 2013, 9: 6-14.
- DUBOIS, S.; VOTRE, S. J. Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo linguístico. In: S. J. Votre (Org.). *A Construção da Gramática*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2012. p. 39-67.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- GALVES, C. C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: I. ROBERTS & M. A. KATO (eds.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ª. edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 387-408.

- GALVES, C. C. Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. Cadernos de Linguística, Campinas, 1984, vol 7. In: *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: E. TRAUGOTT & B. HEINE (eds.), *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. p. 17-35.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MENON, O. P. S. *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, a partir des données du NURC/SP*. Tese de Doutorado em Linguística Teórica e Formal. Université de Paris VII, Paris, 1994.
- NEVES, M. H. de M. Estudos Funcionalistas no Brasil. *D.E.L.T.A.*, 1999, Vol. 15, nº Especial, p. 70-104.
- NUNES, J. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. 1990. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: Unicamp.
- NUNES, J. Se apassivador e se indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 20, p. 33-58, 1991.
- NUNES, J. Ainda o famigerado SE. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 201-240, 1995.
- NUNES, J. SE apassivador e SE indeterminado: o percurso diacrônico no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (2012 [1991]), 20: 33-58.
- OLIVEIRA, M. (2006). *Nós se cliticizou-se?* Encontro do Para uma História do Português Brasileiro. Itaparica, BA., Brasil. p. 1-1. Texto em <https://dlcv.fflch.usp.br>, disponível aos 20/12/2021.
- PONTES, E. S. L. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.
- RODRIGUES, A. D. Letras Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Revista D.E.L.T.A.*, 1993, 9: 83-103.
- SAID ALI, M. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 5. ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SILVA, A. P. A. Breve História da Ortografia Portuguesa: períodos, reformas e acordos. *Revista De Villegagnon*, da Escola Naval da Marinha do Brasil, 2009, p 58-63.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativopropulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. 2003. 302 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VILELA, M. *Gramática da Língua Portuguesa. Gramática da Palavra. Gramática da Frase. Gramática do Texto/Discurso*. 2ª Edição. Coimbra: Almedina, 1999.

VILELA, M.; KOCH, I. V. *Gramática da Língua Portuguesa*. Porto, Portugal: Almedina Editora, 2001.

WEINREICH, V.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola Editora, (2006 [1968]).

Recebido para publicação em: 26 jun. 2023.

Aceito para publicação em: 30 jan. 2024.